

Governo Bolsonaro ignorou 21 ofícios com pedidos de socorro dos Yanomami

O desmonte dos serviços públicos foi uma marca do governo Bolsonaro por questões ideológicas, financeiras e até por incompetência de gestão. Diversos setores públicos foram desmontados e negligenciados durante os quatro anos de Bolsonaro à frente do Governo Federal. As Universidades e Institutos Federais, o Ibama, o ICM-Bio, o Incra, a Funai e tantos outros órgãos públicos estão pedindo socorro.

O Sindsep/MA já vinha denunciando o destocamento dos serviços e o desrespeito aos servidores públicos há muito tempo e agora com o desnudamento do genocídio dos Yanomamis, podemos quantificar a tragédia produzida por Bolsonaro durante seu governo.

O que está acontecendo com os Yanomamis não é por acaso, foi planejado e posto em prática pelo governo Bolsonaro, que além de sucatear a Funai e postergar as demarcações, criminalizou as instituições (Ong's) que atuam na rede de proteção e assistência aos povos originários, estimularam a entrada de madeireiros e garimpeiros ilegais sem qualquer escrúpulo nas áreas de reserva dos povos indígenas.

O governo Lula precisa corrigir todos esses crimes e desmandos administrativos, mas acima de tudo precisa promover uma investigação profunda que identifique e leve a julgamento todos os criminosos envolvidos nesse verdadeiro genocídio patrocinado pelo governo Bolsonaro.

“É uma vergonha que exatamente o governo federal que tinha como dever constitucional



proteger a integridade das florestas e dos povos originários, seja o responsável por promover o extermínio em massa do povo Yanomami. Repudiamos essa situação e exigimos medidas urgentes no sentido de corrigir tamanha infâmia”, disse João Carlos Martins, presidente do Sindsep/MA.



Extinção da Funasa cria zona de atrito entre Lula e o movimento sindical

Uma Medida Provisória, a 1156, de 2 de janeiro, portanto, do primeiro dia de trabalho do presidente Lula, pegou de surpresa os cerca de três mil servidores da Fundação Nacional de Saúde. O documento, um arrazoado de duas páginas, extingue a Funasa e encerra um conceito atrelado à tradição do sanitarismo brasileiro, de manter sob o mesmo guarda-chuva prevenção sanitária com atendimento em saúde, aí incluídas as nações indígenas.

Criada, em 1991, a Funasa foi concebida para agir, dentro do Sistema Único de Saúde, como um braço operacional para ações como saneamento para prevenção em saúde e saneamento ambiental. Herdou as funções e os funcionários das antigas Fundação Serviços de Saúde Pública (Fsesp) e Superintendência de Campanhas de Saúde Pública, a Sucam.

Os servidores do órgão estão espalhados por todo o País e, ao que parece, estão dispostos a resistir e a abrir uma fratura no ostensivo processo de reconstrução dos sindicatos prometido por Lula. Na verdade, já em curso: o presidente recebeu lideranças sindicais no Palácio do Planalto



e se comprometeu a reconectar a luta sindical ao cotidiano dos trabalhadores, um ordenamento arruinado pelos governos pós-golpe de 2016, nos seis anos dos governos Temer e Bolsonaro.

O argumento oficial para a extinção é o de que a Funasa, por atuar em medidas de saneamento básico, invade a competência do Ministério das Cidades. Mais ainda: segundo a MP, a integração das atribuições da Fundação à administração direta terá o condão de elevar politicamente as ações sanitárias com vistas a “conferir novas ferramentas e força para um maior acompanhamento e para o desenvolvimento de uma atenção integrada”.

A mensagem é formal, mas

não é cifrada. Fica claro que o governo quer usar as atribuições da Funasa para dar mais poder ao Ministério das Cidades, hoje sob comando do ex-governador do Pará Jader Barbalho Filho. O ministro é Filho de Jader Barbalho, também ex-governador e ex-ministro da Previdência de José Sarney. Agora, poderá herdar, também, o poder político que advém do legado de capilaridade da extinta Sucam, ainda uma poderosa referência de saúde na região Norte do Brasil.

Esse furo precoce na agenda sindical será o primeiro abacaxi a ser descascado pelo ministro do Trabalho, Luiz Marinho.

Jornalistas pela Democracia

A Reforma Administrativa faz mal ao Brasil

CANCELA
A REFORMA
Já!